

- CII -

## **ORGANISMOS INTERNACIONAIS, POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: INTERFACES**

**Ilma de Andrade Barleta**, UNIFAP  
ilmabarleta@bol.com.br

**Marcia Maria dos Santos**, UNIFAP  
marcia\_m\_santos@hotmail.com

**Elioenai Silva Lazamé**, UNIFAP  
elioenaisilvalazame@gmail.com

**Clésio Castro do Carmo**, SEED  
clesiocarmo@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este resumo ampliado apresenta estudo que buscou analisar o discurso dos organismos internacionais sobre a valorização do magistério da educação básica e suas interfaces com a política educacional brasileira. Partimos da premissa de que há um debate sobre a valorização do magistério como elemento indispensável à qualidade socialmente referenciada da educação; em outra direção, afeita aos ideários neoliberais, tem-se o discurso hegemônico que pauta o trabalho e a valorização docente com base nos princípios de produtividade, meritocracia, controle e responsabilização, no qual os organismos internacionais são veículos.

Para a realização do estudo fizemos análise de documentos dos organismos internacionais, para verificar o discurso/concepção de valorização do magistério. Os documentos foram: Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade (CEPAL; UNESCO, 1995) e; atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos (BM, 2010). Também verificamos documento da política educacional brasileira, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007).

Com a Análise do Discurso buscamos identificar a concepção de valorização do magistério em seu contexto histórico, pois “a realidade efetiva na qual o homem real vive é

a *história*, este mar eternamente agitado pela *luta de classe*, que não conhece quietude, não pode não refletir as contradições, o movimento dialético, a sua ‘constituição’” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 196).

Para a exposição da pesquisa apresentamos as discussões e resultados que tratam do trabalho docente, valorização do magistério e apontamentos dos organismos internacionais e da política educacional brasileira sobre a temática em tela. Nas considerações finais do estudo foi possível dizer que o discurso sobre a valorização do magistério presente na política educacional brasileira guarda semelhanças com as concepções dos organismos internacionais.

## DISCUSSÕES E RESULTADOS

Definimos trabalho docente como uma atividade não material que se desenvolve na interação entre sujeitos, na qual os atos de realização do trabalho (produção) e de aprendizagem (consumo) não se separam, pois estão imbricados e trazem as determinações do seu tempo histórico. Conforme afirma Saviani (2005, p. 13) quando fala que a especificidade do trabalho educativo se expressa em “... produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

O trabalho docente contribui para produção da cultura e atualização histórica de homens e mulheres. Nesse sentido cabe considerar, segundo Saviani (2005), os aspectos estruturais, conjunturais, sociais e históricos em que o trabalho está inserido, sendo sua objetivação concretizada de acordo com cada tempo histórico, trazendo marcas da resistência ou conformação.

As transformações contemporâneas nas relações econômicas e sociais impactam diretamente no trabalho docente. Uma vez que os sistemas de ensino buscam se adaptar às novas exigências contextuais do processo de reestruturação produtiva, dentre as quais, destacamos: a capacidade de adaptação a novas situações, abstração e seleção, o trato e a interpretação de informações. O que permite mudanças nas condições de trabalho docente, uma vez que temos um sistema econômico que limita a elaboração de políticas de financiamento para as escolas públicas promovendo a intensificação do trabalho desses profissionais. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2013).

A reestruturação produtiva, dentre outros aspectos, implica diretamente nos processos de produção e nos contratos de trabalho. Este último, por sua vez, passa a ter

caráter flexível e temporário (BEHRING, 2003). Essa questão afeta o conjunto da classe trabalhadora, bem como os professores da esfera pública e privada de ensino.

Em que pese a luta histórica do magistério para assegurar direitos e o reconhecimento de que a valorização do magistério são todas as questões relacionadas às dimensões objetivas como regime de trabalho, piso salarial profissional, carreira docente com possibilidade de progressão funcional, concurso público de provas e títulos, formação, tempo remunerado para estudos, planejamento e avaliação, assegurado no contrato de trabalho e, condições de trabalho; há um discurso construído hegemonicamente que caminha na direção da redução dos custos de produção com máximo de aproveitamento que permeia todas as esferas da atividade humana. A valorização do magistério também é afetada por esse discurso.

Para tanto, o campo das políticas educacionais é tensionado pelas demandas e exigências advindas dos docentes e pelos interesses do capitalismo que busca direcionar a função social da escola e sua organização para atender seus interesses hodiernos. Os organismos internacionais têm atuado como agentes intelectuais, que prestam assistência técnica e financeira para os países em desenvolvimento. Nesse campo destacamos o Banco Mundial (BM), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No tocante a valorização do magistério o discurso presente nos documentos dos organismos internacionais perpassa pelos princípios da meritocracia, produtividade, eficiência e competitividade. Quando apontam, por exemplo, que “a melhoria da qualidade dos professores no Brasil exigirá o recrutamento de indivíduos de mais alta capacidade, o apoio ao melhoramento contínuo da prática, e a recompensa pelo desempenho” (BM, 2010, p.5). Também é notória a centralidade dada ao professor para alcançar a qualidade da educação, quando se afirma que “a profissão docente precisa ser socialmente valorizada, adequadamente remunerada e estruturada em função de méritos, exigências e desempenho” (CEPAL; UNESCO, 1995, p.192).

A permeabilidade desse discurso na política educacional brasileira faz parte de um ajuste neoliberal para a educação dos países da periferia do capitalismo. No caso do Brasil, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é exemplar quando apresenta, em especial, as Diretrizes que devem ser implementadas pelos sistemas de ensino, dentre elas destacamos “XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho” (BRASIL, 2007).

A política educacional brasileira segue a tônica do discurso dos agentes multilaterais do capitalismo, que visam trazer para o campo da educação as características e princípios da

base produtiva material sob a lógica do mercado. Embora historicamente os professores busquem resistir, as regulamentações nacionais que instituem a valorização do magistério têm se alinhado ao discurso hegemônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, em nome da valorização do magistério está em curso um processo de responsabilização docente que se coaduna com os interesses do capitalismo em tempos de reestruturação produtiva. Para tanto, os organismos internacionais e a política educacional brasileira são ferramentas importantes, pois reafirmam os princípios da meritocracia, eficiência, competitividade e produtiva oriundos do mercado.

O discurso dos organismos internacionais pode trazer consequências para o trabalho docente, dentre os quais: a intensificação, a precarização, nos aspectos contratuais, salariais, formativos em uma realidade de insuficiência de materiais pedagógicos e espaços físicos. A materialização do discurso da valorização do magistério na carreira dos professores irá depender, em certa medida, das arenas de disputas travadas em cada realidade, que irão conformar ou transformar a “palavra”, numa construção sempre coletiva e histórica.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Congresso Nacional do. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, Livia F. O trabalho docente na educação básica do Estado do Rio Grande do Norte. CABRAL NETO, Antônio; OLIVEIRA, Dalila A.; VIEIRA, Livia F. (Org.). **Trabalho docente: desafios no cotidiano da educação básica**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, Tradução e Notas: João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

CEPAL; UNESCO. **Educação e conhecimento:** eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF: INEP, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil:** próximos passos - sumário executivo. 2010.